



ATA N.º 20/2015

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO DE 2015
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 7 DE DEZEMBRO DE 2015

-----No dia 7 de dezembro de 2015, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de novembro de 2015 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 30 de novembro de 2015 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- ⌘ PONTO 2 - *Apreciação e votação das propostas das Grandes Opções do Plano e de Orçamento para 2016;*
- ⌘ PONTO 3 - *Apreciação e votação da assunção de compromisso plurianual referente à aquisição de serviços de limpeza de instalações Municipais;*
- ⌘ PONTO 4 - *Situação da Ponte D. Maria I, com análise de todos os procedimentos relativos às obras de reparação que conduziram ao seu encerramento e às vicissitudes alterações ocorridas no âmbito do concurso público e empreitada de construção e obra em curso;*
- ⌘ PONTO 5 - *Situação do encerramento da Rua pedonal na Torraltinha, pela empresa J. A. Viegas, S.A., incluindo as vicissitudes ocorridas com o alvará n.º 8/83, e da vedação entre as Praias do Camilo e D. Ana e apreciação dos procedimentos encetados pela Câmara para remover as vedações em causa;*
- ⌘ PONTO 6 - *Informação sobre as deliberações camarárias relativas à programação, animação e espetáculos relativos à comemoração do dia 25 de Abril de 2015 e Festival dos Descobrimentos, incluindo análise dos respetivos custos;*
- ⌘ PONTO 7 - *Liberdade de atuação política dos funcionários dos Serviços Administrativos da Câmara enquanto Membros da Assembleia Municipal de Lagos e apreciação da política de informação, comunicação e relações públicas da Câmara e Município de Lagos, critérios de atuação e editoriais seguidos e formatos adotados;*
- ⌘ PONTO 8 - *Análise do processo de alteração do alvará de loteamento n.º 1/83, objeto do Aviso n.º 27/2015;*
- ⌘ PONTO 9 - *Informação detalhada sobre a permuta de terrenos entre o Município de Lagos e a Santa Casa da Misericórdia de Lagos (deliberação n.º 270/2015, da Câmara Municipal de Lagos);*
- ⌘ PONTO 10 - *Apreciação e votação da proposta de desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, sita no Beco da Rua da Lomba - Almádena - Freguesia da Luz.*



Fl. 259v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 46 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	António Marreiros Gonçalves
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	José Luís Quental Mota Vieira
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	Joaquim José Furtado Marreiros Azevedo
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida P. A. Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
TSL	José Alberto Baptista
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**ENTROU JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO,** no momento indicado nesta Ata, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:



GRUPO MUNICIPAL	NOME /CARGO DO MEMBRO
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	1 dia	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	1 dia	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	João Henrique Pereira	1 dia	José Luís Quental Mota Vieira
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro	1 dia	Joaquim José Furtado Marreiros Azevedo
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta	1 dia	Alexandra Cristina Neves Pargana
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória	1 dia	Cristina Luísa Dias Marreiros

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Maria Fernanda Pires de M. Carvalho Afonso - Vereadora
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador

-----FALTARAM A ESTA REUNIÃO OS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicados:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
CDU	Maria Luísa Miranda de Matos Cardoso Teixeira - Vereadora
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO: O Sr. José Jácome disse que Odiáxere necessita de uma variante, pois é um perigo a EN 125 atravessar Odiáxere e se o Governo não tem dinheiro para construir uma variante, essa já existe e está



Fl. 260v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

inserida na Via do Infante, pelo que o troço que serve de alternativa ao atravessamento de Odiáxere pela EN 125, na Via do Infante, não deveria ter portagens até ser construída uma outra variante, beneficiando assim não só o Concelho de Lagos, mas também os Municípios de Aljezur e Vila do Bispo.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	20.48

-----O Sr. Celso Costa leu a seguinte Saudação: “A arte chocalheira de Alcáçovas já é Património Cultural Imaterial da Humanidade, com Necessidade de Salvaguarda Urgente. Este título foi atribuído por aclamação no dia 1 de dezembro de 2015, na 10.ª Reunião, realizada em Windhoek, capital da Namíbia, do Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. A decisão da Unesco em classificar a arte chocalheira da Freguesia de Alcáçovas no Concelho de Viana do Alentejo, como Património Cultural Imaterial da Humanidade, é sem dúvida um reconhecimento aos trabalhadores desta arte e aos artesãos que ao longo dos anos, enfrentando imensas dificuldades financeiras e outras, mantiveram viva esta atividade artesanal. O fabrico de chocalhos é uma arte com mais de 2.000 anos e tem no território alentejano a sua maior expressão a nível nacional, com destaque para a Freguesia de Alcáçovas. A classificação de Património Cultural Imaterial da Humanidade da arte chocalheira contribui para valorizar a cultura e a arte alentejana, elementos indissociáveis da mais vasta cultura do nosso povo. Perante mais este reconhecimento do valor da nossa cultura popular, com projeção ao mais alto nível da comunidade cultural mundial, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 7 de dezembro de 2015, delibere: 1. Saudar a população de Alcáçovas e do Município de Viana do Alentejo, os trabalhadores e os artesãos da arte tradicional do fabrico de chocalhos, pelo reconhecimento agora atribuído pela Unesco. 2. Enviar esta Saudação aos Órgãos Autárquicos da Freguesia de Alcáçovas e do Município de Viana do Alentejo. 3. Divulgar esta deliberação junto dos órgãos de comunicação social.”-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana	20.52

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada à votação a Saudação.-----



-----**DELIBERAÇÃO N.º 116/AM/2015:**

---**Aprovada**, por unanimidade, a Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Valentim (PSD): “Votamos a favor da Saudação por um conjunto de fatores diversos, mas muito particularmente porque pensamos que este é um nicho de negócio muito importante sobretudo para as exportações portuguesas dirigidas para o mercado chinês.”-----

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DE ORÇAMENTO PARA 2016:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-569-13.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) fez a seguinte intervenção: “Jorge Manuel Fernandes Ferreira, na qualidade membro da Assembleia Municipal pelo Grupo Municipal Lagos Com Futuro – Cidadãos Independentes por Lagos, vem expor e requerer a V. Ex^a o seguinte: Como já vem sendo tradição nesta Assembleia desde o início do nosso mandato, que a Câmara Municipal se assume como sendo composta unicamente por membros do Partido Socialista, esquecendo que esse órgão é integrado por mais três membros de outras forças políticas, incluindo o Senhor Vereador Luís Barroso, do movimento Lagos Com Futuro. Acontece, como sempre defendemos, nos dois anteriores orçamentos que, como decorre do Estatuto da Oposição (art.º 5.º n.º 3 da Lei 24/98, de 28 de maio), compete à Câmara Municipal de Lagos apresentar uma proposta de Plano Plurianual e Orçamento, neste caso para o ano de 2016. Com efeito, diz este dispositivo legal que: “- Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade.” Ora, no caso em apreço isso não foi feito, porque o plenário da Câmara Municipal não foi convocado para aprovação de uma proposta de plano de atividades plurianuais e do orçamento para o ano de 2016. O chamado “executivo em permanência”, formado, apenas por membros do Partido Socialista, não tem existência legal, nem competências legais, para deliberar, como se do plenário da Câmara Municipal de Lagos se tratasse. Como tal atitude é ilegal e, sobretudo, profundamente antidemocrática, desrespeitando as forças políticas da oposição, mormente Lagos Com Futuro – cidadãos independentes por Lagos e os cidadãos que legitimamente representam, legitimidade igual àquela que assiste ao Partido Socialista, que parece ignorar, que sistema eleitoral é o proporcional, com aplicação do método de Hondt. Mais do que isso, no início do mandato, ficou consignado que as comunicações entre a Assembleia Municipal de Lagos e o signatário seriam feitas por protocolo. Posteriormente, o signatário solicitou, em reunião de Comunicação Permanente, que a partir dessa data as comunicações lhe deveriam ser feitas por correio registado com Aviso de Receção. O que é certo, é que, nem por protocolo nem por correio registado, foi o signatário recebedor da



Fl. 261v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

proposta de plano plurianual de atividades e orçamento para o ano de 2016, o que atenta contra a vontade manifestada e pelo disposto na Lei 75/2013, de 12 de Setembro e o Regimento desta Assembleia Municipal. Como se trata de atitudes repetidas, que não levam em conta as recomendações feitas, por este grupo municipal e outros, não nos resta, em defesa da democracia e da cidadania, que não seja impugnar a introdução deste ponto na Ordem do Dia, por não ter sido seguido o procedimento legal e democrático para o caso, tendo caído em saco roto, as nossas recomendações nos anos precedentes sobre esta mesma matéria, voltamos a lembrar que a democracia decorre do império da Lei, não consentindo o arbítrio e abuso de poder que os factos acima alegados demonstram.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), informou o Plenário de que no livro de protocolo da Assembleia Municipal, está registado no dia 28 de outubro, a entrega ao Sr. Jorge Ferreira dos documentos que o mesmo diz não ter recebido. Disse que a Ordem do Dia para a presente Sessão foi aprovada e que o Ponto 2 da dita foi aprovado em Reunião da Câmara Municipal, pelo que cumpre todo o formalismo necessário para que a Assembleia Municipal o aprecie.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que o que estava em causa é o documento que é preparado antes da aprovação pela Câmara Municipal.-----

-----**SAÍDA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Seguidamente ausentou-se da respetiva Bancada o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, esclareceu que o documento de trabalho referente ao Plano e Orçamento, para apreciação no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, foi entregue diretamente ao Sr. Vereador Luís Barroso. Seguidamente fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. José Santos (BE) perguntou se o arranjo da estrada de acesso ao Vale da Lama, mencionado na introdução do Sr. Vice-Presidente ao assunto, ia ser feito no acesso de Odiáxere ao Vale da Lama ou de Lagos para o Vale da Lama.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) começou por congratular a Câmara Municipal por estarem previstas intervenções nas ruas de Odiáxere e por ir ser uma realidade o arranjo da estrada do Vale da Lama. Reportando-se à questão colocada pelo Sr. José Santos, disse que seria bom o Vale da Lama ter acesso direto a Lagos, mas isso, ao que parece, não é possível, pelo o acesso que vai ter intervenção é o de Odiáxere Vale da Lama.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafirim e Barão de S. João) congratulou-se com o atual Executivo que com o rigor de gestão, olha para as Freguesias e tem feito intervenções importantes nas mesmas, sendo que uma obra que há muito era reivindicada era a intervenção na estrada que liga Espiche a Barão de S. João, bem como alguns arranjos em algumas artérias de Bensafirim e Barão de S. João. Disse ainda que as intervenções que faz na Assembleia Municipal nunca foram condicionadas.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) proferiu a seguinte intervenção: “Começamos por



dizer que a experiência nos tem aconselhado a não ter grandes expectativas em relação à gestão municipal socialista, mas, apesar disso, como militantes do otimismo, cultivávamos a curiosidade - pouca, é verdade - sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2016. Mas, mais uma vez, aqui estamos sem surpresas assinaláveis. Realmente os documentos apresentados e as propostas nele contidas para apreciação, análise e aprovação, caracterizam-se, no geral, pela inventariação de dificuldades, ausência de ideias e de propostas novas e renovadoras, esquecem as reformas estruturais e de processos de ajustamentos funcionais tudo necessário aos desafios que o Município enfrenta neste tempo de permanente mudança. Acabam, indubitavelmente, por traduzir, no geral, o pensamento estático dos principais responsáveis da gestão socialista, mostrando indiferença aos gritos de alerta, expressos nos diversos textos setoriais, que denunciam as fragilidades, debilidades e desajustamentos orgânico-funcionais a requererem urgente decisão política. O simples facto de ordená-las, definir prioridades e respetivos planos de ação, bastaria. Incompreensivelmente não se verifica. Aliás, as principais linhas de força das G.O.P. 2016 evidenciam pouco mais do que iniciativas faxineiras na conservação e manutenção dos espaços públicos e do património municipal, decerto importantes, mas insuficientes para ultrapassar os constrangimentos reais municipais e satisfazer as legítimas aspirações dos munícipes. Acresce, a iniludível incapacidade na definição de novas políticas dirigidas a novos setores económicos, inovadores e diversificados, geradores de prosperidade e de emprego, o que nos leva a concluir que estamos confrontados com um executivo municipal em suspenso, sem saber o que fazer em matéria de novas ações, de novos projetos, em domínios variados, relançando a esperança na construção de um novo horizonte de futuro mais justo e socialmente mais próspero. As receitas arrecadas previsíveis, mesmo nestes tempos de incerteza, são significativas, mas mais de 4/5 são consumidas em despesas correntes o que revela desequilíbrio estrutural funcional e outras opções que urge corrigir. Registamos com a agrado a iniciativa do orçamento participativo contribuindo para maior aproximação dos munícipes na vida política, levando-os a reforçar a defesa dos valores do poder local democrático. Sendo certo que nunca escondemos as nossas divergências de opinião, em relação às políticas seguidas por V. Exas., o que é normal, isso não invalida que dediquemos atenção a questões locais tidas como necessárias ao serviço do bem comum. Nessa medida, ninguém - em boa verdade - nos poderá culpar porquanto sempre apresentámos sugestões e críticas construtivas e mantivemos a abertura política necessária para encontrar as melhores respostas aos reais e efetivos problemas que afetam o nosso município, libertando-o desta atmosfera estranha que inexplicavelmente se abateu sobre a comunidade lacobrigense. Reafirmamos, mais uma vez, que as G.O.P. e Orçamento, além de mencionarem as tarefas habituais de rotina, são o momento alto e apropriado, para, previamente, debater ideias e redesenhar modelos, reinventar iniciativas, calendarizar ações e novos projetos. Apostar em áreas inovadoras e criativas, acolher novos talentos, promover novos projetos geradores de novas fontes de riqueza, acrescentando complementaridades na diversificação de alternativas económicas locais. Maior ambição e mais estudo seria igualmente desejável na vertente ambiental.



Fl. 262v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Esperava-se encontrar, aqui, referências a novas iniciativas, à nossa dimensão, claro acompanhando as preocupações de sentido e propósito, relativas a fatores de natureza ecológica, paisagística, erosão de solos e poluição, i.e. mostrar sinais relacionados com a preservação e defesa do meio ambiente, traçando políticas locais, realistas a médio e longo prazo, com objetivos bem determinados e articulados a nível regional. Agir proactivamente por forma a minimizar eventuais efeitos naturais negativos resultantes do clima, o que não estamos livres de acontecerem. Como temos vindo a enunciar as G.O.P., 2016, pecam por dedicar pouca atenção a novos e diversificados projetos, em domínios diferenciados orientados para o futuro, decisivos para o crescimento e desenvolvimento local e propiciadores de alento e de esperança renovada aos munícipes. Esperava-se, também, maior ambição no aproveitamento dos apoios financeiros do quadro comunitário, Portugal 2020, facultando oportunidades imediatas e futuras de emprego dirigido, especialmente, aos mais jovens que se encontrem melhor capacitados e habilitados a fazer face a novos desafios. Como pugnamos por um município diferente, de forma permanente, defendemos melhor aproveitamento das modernas tecnologias, dos recursos naturais materiais e imateriais existentes dedicados ao bem-estar das populações através da criação e incentivo de novas experiências e processos dirigidos a novas abordagens do desenvolvimento municipal. Uma palavra também sobre a A.R.U. que, na senda do passado recente, repete o que é conhecido sem alma nem chama. Entendemos esta área merecedora de uma concentração de esforços e recursos financeiros para dinamizar, repovoar e disciplinar toda a zona intramuralhas. Vemo-la, e não é novo, como ação estruturante prioritária e, por conseguinte, sugerimos a constituição de uma “Unidade de Missão” plural com competências alargadas de acompanhamento e coordenação. Esperávamos - e desejávamos - na vertente intermunicipal mais vontade e ambição, maiores sinais de empenhamento, em relação à associação, Terras do Infante, na prossecução de iniciativas e projetos conjuntos potenciadores dos recursos naturais e materiais, agroflorestais, cinegéticos, paisagísticos e histórico e culturais e outros, geradores de sinergias e corrigindo as assimetrias desta zona do extremo barlavento algarvio. Queremos acreditar que os lídimos representantes das nossas gentes não deixarão de aproveitar as oportunidades previstas no quadro comunitário Portugal 2020, maximizando-as, atraindo novas atividades e pessoas, desenvolvendo, valorando e preservando esta inigualável parcela triangular do nosso território. Registamos o apreciável esforço desenvolvido na vertente cultural cujas iniciativas previstas denotam a vontade de inovar e projetar o Município para patamares externos de elevada qualidade sociocultural, o que é bom e louvável. Constatamos, no entanto, que o pilar social nomeadamente questões cruciais como: o desemprego, o alcoolismo, o alastramento do fenómeno da droga e da violência doméstica, os resultados de sofrível e risco, e o abandono escolar na educação, bem como o isolamento dos idosos, merecem e justificam uma cuidada análise, a que o governo local não poderá ser indiferente, uma vez que estes indicadores sociais colocam o Município em patamares estatísticos críticos. De resto, esclarecemos que a opinião ora manifestada reforça e identifica coerentemente os ideais, princípios, valores e objetivos cultivados na defesa dos interesses da nossa terra e das suas



gentes insuficientemente assegurados nas G.O.P 2016. O que mais uma vez se confirma pela inexplicável falta de firmeza ou vontade política do Executivo Municipal em alterar o rumo. A aparente indiferença que olha a realidade e resiste à mudança, não acolhe injustificadamente novas ideias nem cultiva o clima da boa convivência democrática não promove as reformas estruturais e os ajustamentos orgânico funcionais tão necessários, que importa fazer a bem das novas gerações. Enfim.... Concluímos a nossa opinião acerca das G.O.P. 2016, fazendo uso do Juan Gabriel Vasquez: “É pobre a memória que só funciona para trás.... É preciso virarmo-nos de frente para o futuro”.

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo) disse ter ouvido, atentamente, a intervenção do Sr. José Valentim. Referiu que se fala, nos documentos em apreciação, de recuperação económica do Município, de recuperação do parque escolar, de recuperação de caminhos e estradas, de apoios sociais e desportivos, de recuperação de equipamentos culturais e de parques infantis, o orçamento participativo vai continuar a ser implementado. Disse que os documentos apresentados são realistas e abrangentes, pelo que são de salutar as Grandes Opções do Plano para 2016, apresentadas pela Câmara Municipal.

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição não tem nada a ver com o entendimento de cada um, é o que a Lei determina que é que cabe à Câmara Municipal elaborar, discutir e aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento, não tendo sido a Câmara Municipal tida nem achada na elaboração, na discussão e na aprovação, uma vez que a Câmara Municipal foi convocada pela Sra. Presidente para aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento. Referindo-se à intervenção inicial do Sr. Vice-Presidente, disse que foi entregue ao Sr. Vereador Luís Barroso um documento onde este tinha responsabilidades na elaboração e para tal não foi tido em conta. Por tudo isto disse que o que estava em causa era uma questão de incumprimento da Lei.

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) proferiu a seguinte intervenção: “Antes de iniciarmos a nossa intervenção, dois apontamentos. O primeiro, para lamentar a ausência da Sra. Presidente na sessão da AM mais importante de cada ano do mandato. O segundo, para dizer que ouvimos com muita atenção a intervenção do membro do PSD, o Sr. José Valentim Rosado, que nos pareceu específica e politicamente fundamentada. Dito isto, passemos à nossa intervenção. “A democracia foi sempre pensada como um processo de seleção e de legitimação dos detentores do poder, não como uma conceção específica do modo como exercer o poder”. (Ronsavallon) É para a segunda questão fundamental que as GOP e o Orçamento 2016 nos conduzem, obrigando-nos a questionar “a conceção específica de como este executivo exerce o seu poder municipal”. As GOP e o Orçamento oferecem a concavidade de um espelho, por onde é permitida a sua desconstrução e a oposição é desafiada para apresentar uma conceção alternativa. O que, todavia, nos parece que, hoje, nem uma, nem outra situação, irá acontecer: não haverá, por parte da oposição, nem uma desconstrução política das GOP, nem ainda um conceito alternativo sustentável para o futuro da Cidade. Assim, a TSL, recordando a sua posição inicial de oposição de solução, decide, neste debate, iniciar um novo



Fl. 263v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

percurso, o de oposição de alternativa: alternativa que irá modulando ao longo de 2016, de acordo como as circunstâncias da atual gestão e da oposição se forem manifestando. Assim, também, na sua condição genética de oposição, resultante da legitimação eleitoral, a TSL irá fazer uma breve análise da leitura das GOP e, como corolário, uma breve anotação sobre o Orçamento. E, na conclusão, revelará a sua posição política sobre os dois documentos. Na terceira apresentação das GOP e do Orçamento municipal do atual mandato da CM e da AM, para a TSL ficou a sensação do *dejá vu*, o que lhe reduziu a motivação para aprofundar os referidos documentos, como o mereceriam, seja pelas opções políticas que nelas se tenham inscrito, seja pelo rigor administrativo e técnico que apresentam. Sobre a metodologia instrumental das GOP, a TSL não vai repetir o que vem dizendo à sociedade desde o início do seu mandato, não só porque o PS pouca importância dá ao que a AM diz sobre o sentido político destes documentos, como a oposição parece alheia ao desafeto manifestado pela sua representatividade democrática. Isto dito, a leitura das GOP não mereceu uma especial atenção por parte da TSL: é o mesmo tipo de documento essencialmente técnico-administrativo, em que o poder de uma burocracia inteligente e consolidada consegue dar a ilusão de que as GOP são propostas políticas e não meras propostas instrumentais. No fundo, é o que descortinámos nas GOP para 2016. Por isso, não pode a TSL deixar de saudar, neste momento, a capacidade de racionalização administrativa demonstrada pelos quadros superiores responsáveis pelos diversos capítulos executivos das GOP. Isto não quer dizer que os membros do executivo, como responsáveis pelas opções políticas do seu corpo de burocratas, não mereçam também a nossa especial referência pelo modo como conseguem transferir para as GOP as suas orientações políticas, sobretudo, nas áreas do urbanismo, da ação cultural e social e da consolidação financeira. Pena foi que não tivessem auscultado as Comissões Especializadas da AM relacionadas com os respetivos pelouros. A TSL aceita a crítica de que exagera na sua apreciação sobre a metodologia e o parto dos documentos que constituem o plano político das GOP. Mas, é isso que pensamos e é isso que continuamos a ver vazado nos odres capitulares das GOP. E porque temos essa visão, e porque sabemos que esta visão não é compartilhada pela CM, a TSL não tem ilusões de que esta é uma batalha resolvida em campo minado. A atual gestão da CM continuará a excluir da participação direta da gestão municipal quarenta por cento dos seus membros; continuará a apresentar à AM documentos eminentemente administrativos e técnicos; continuará a olhar para a AM como uma necessidade que não pode contornar; continuará a transmitir uma serenidade desinteressada; continuará, em suma, a caminhar astuciosamente para a renovação do seu mandato, acreditando na decantada acefalia da oposição. Mas, a TSL, como o velho Santiago de “O Velho e o Mar”, evitará dar esta batalha como vencida, e, por nunca, como batalha derrotada. Por isso é que, a partir de hoje, a navegação da TSL se fará, não à bolina da oposição de solução, mas em caíque para uma oposição de alternativa de bom sucesso. Foi no caíque do Bom Sucesso que o Algarve levou a boa nova da libertação do poder napoleónico ao exílio real brasileiro. Feita esta breve leitura do texto das GOP, a TSL ir-se-á esforçar um pouco para ir ao encontro do desiderato da Sra. Presidente



de que haja, em 2016, mais sabedoria e mais justiça. Pelo menos com alguma justiça, a TSL não pode deixar de se referir ao capítulo VIII das GOP: Equipa multidisciplinar de desenvolvimento económico, financiamento externo e eficiência de recursos. É um capítulo ministerial, pois, nele cabem diversas intenções e projetos. Já nos manifestamos pela discordância do modo genético desta Equipa, discordância que continua, mesmo depois de lermos a sua justificação nas GOP. Todavia, olhando para o seu conteúdo político – instrumental, não podemos deixar de manifestar algumas boas surpresas; é um texto novo, e que contém a resposta a algumas das lacunas mais profundas deste executivo municipal: atualização do PAEL, atualização e reformulação do estudo das taxas municipais, - e não só as de urbanização -, elaboração de candidaturas para o Portugal 2020 – só não percebemos bem onde encaixam os projetos das GOP com os projetos e planos da CCDR e da AMAL. Lemos, assim, com atenção, as folhas 49 a 51 das GOP. Vimos aí algumas das questões prioritárias defendidas pela TSL, como a criação do Conselho Económico e Social, as parcerias institucionais de investigação e, por fim, a promessa de uma política fiscal municipal que promova a equidade social e a sustentabilidade económica. O futuro destas intenções das GOP 2016 está, porém, dependente de uma questão fundamental que temos defendido, desde o início do mandato, e com que hoje começámos a nossa intervenção: a democratização do exercício do poder municipal. Em “Governar a cidade”, Thierry Oblet advoga um desenvolvimento social, económico e urbano, mas, apoiado numa grande democratização. Porque é, para o autor, a democratização o verdadeiro desafio para a resolução da equação difícil entre a valorização do território, o desenvolvimento durável da cidade e a reconciliação com as estruturas económicas locais. Enquanto a CM de Lagos não começar a conjugar, como recomenda o bom e sábio P. Vieira, os seguintes verbos, a saber: conviver melhor com a AM e com as suas Comissões Especializadas; reduzir a carga fiscal dos seus munícipes; pugnar por uma textura urbana, comercial e turística, que inclua todos os seus participantes e os seus atores; diminuir o fosso das fragilidades administrativas nas respostas aos direitos e solicitações dos cidadãos; eliminar o poder castrador da pequena burocracia que tantas vezes corrompe a esperança e da expectativa dos cidadãos requerentes; melhorar a fruição dos espaços livres e sociais da comunidade; em suma, enquanto a gestão municipal não souber conjugar os novos conceitos de participação, de responsabilização e de serviço público político, não haverá GOP que consigam iludir a conceção política do atual mandato da CM. ORÇAMENTO - Muito do que acima dissemos sobre as GOP, poderíamos aplicar ao Orçamento; mas, aqui com mais gravidade, uma vez que a não aprovação do Orçamento até 1 de janeiro, ou, por inércia administrativa, ou, por incapacidade política, seria motivo para que pudesse ser suscitada junto da tutela administrativa a dissolução da Câmara Municipal. Basta ler a alínea e) do artigo 9.º da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, Lei da Tutela Administrativa – Dissolução de órgãos: “Qualquer órgão autárquico... pode ser dissolvido quando: e) Não elabore ou não aprove o orçamento de forma a entrar em vigor no dia 1 de janeiro de cada ano, salvo ocorrência de facto julgado justificativo”. A TSL chama a atenção para o facto de que o Dec. Lei n.º 100/84 de 29 de março,



Fl. 264v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

que revogou a primeira Lei do poder autárquico, a Lei n.º 79/77 de 25 de outubro, introduziu, no seu artigo 39.º, a seguinte norma nas competências da AM, relacionadas com a aprovação do plano e do orçamento: “4 - As propostas apresentadas pela câmara referentes às alíneas b), c) e o) do n.º 2 não podem ser alteradas pela assembleia municipal e carecem da devida fundamentação quando rejeitadas, mas a câmara poderá acolher, no todo ou em parte, sugestões e recomendações feitas pela assembleia”. Ora a alínea b) do n.º 2 do referido artigo tinha a seguinte redação: b) Aprovar o plano anual de atividades e o orçamento, bem como as suas revisões. Mais tarde, a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, revoga a Lei anterior, mas, mantém a mesma norma, no artigo 53.º, substituindo só plano de atividades por opções do plano e orçamento por proposta de orçamento. Com a aprovação da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e a revogação de articulados da Lei 169/99, a redação sobre esta matéria passou a ser a seguinte, no seu artigo 25.º: “3 - Não podem ser alteradas na assembleia municipal as propostas apresentadas pela câmara municipal referidas nas alíneas a), i) e m) do n.º 1 e na alínea l) do número anterior, sem prejuízo de esta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela assembleia municipal.” Ora a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º continua a ter a mesma redação: a) Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões; Desta leitura conjugada, a TSL conclui que a eventual decisão da AM em rejeitar as GOP, ou a proposta de Orçamento, já não carece de “devida fundamentação”, - seja o que tal requisito queira significar -, pelo que, uma argumentação política eficaz ou uma desconstrução consistente das respetivas propostas poderão levar à rejeição por parte da AM, tanto de um documento, como de outro. Por isso, parece à TSL imprudente a forma como a CM apresenta a sua proposta de Orçamento para aprovação da AM, onde não tem maioria; se a não aprovação das GOP só deixará reflexos políticos, já o mesmo se não pode dizer da não aprovação da proposta do Orçamento, como vimos. Acha, também, a TSL imprudente que documentos como estes não tenham sido debatidos com a Comissão Especializada da AM do Orçamento e Finanças, sobretudo, quando a CM teve o cuidado de enviar à Comissão, atempadamente, a proposta de Plano de Ação para a elaboração das GOP e Orçamento. Não bastam as reuniões de audição com os partidos ao abrigo da Lei do direito de oposição, pois, aí cabe mais aos partidos ouvir que participar no conteúdo dos documentos apresentados. Mais do que em algum documento enviado à AM, é no Orçamento que a CM deve concentrar toda a sua capacidade de diálogo democrático; um dia, poderá vir a ser surpreendida por uma conjugação de interesses da oposição em relação às GOP e ao Orçamento, podendo dar origem a uma confrontação entre os dois órgãos, com evidentes prejuízos para os lacobrigenses. A CM não ouviu o aviso que a AM lhe mandou quando decidiu alterar a sua proposta do imposto sobre o IMI; se esta situação hoje se repetisse, como responderia a CM à vontade da AM? Negociava com a AM um novo orçamento, ou demitia-se? O documento que nos foi remetido é um documento contabilístico, e não um documento orçamental fundamentado, não só pelas opções que faz, mas, e sobretudo, pelas omissões que regista. De tal modo assim é, que tivemos que recorrer ao último Relatório sobre a “situação



económica e financeira da autarquia em 30 de setembro do ano económico de 2015” para contextualizarmos o Orçamento para 2016. Onde, nas GOP abunda a posição técnico-administrativa, no Orçamento exibe-se a sua ausência. Vamos registar só algumas omissões e dúvidas que reputamos de importância. Qual o valor real da dívida do Município, uma vez que temos conhecimento da dívida de Setembro, em que a dívida a médio e longo prazo e de 18 641 mil euros, e a dívida total, para efeitos de capacidade de endividamento municipal, é de 50 675 mil euros: onde estão, entretanto, os demais compromissos a longo prazo e como se encontram, ou não, os respetivos encargos espelhados no Orçamento? O que significam algumas opções contabilísticas, ora pelo POCAL, ora pelo PAEL/PAF, e as consequências para o Orçamento? Recebemos trimestralmente a informação com a monitorização do PAEL. Contudo, nenhum mapa ou informação acompanha o Orçamento com os compromissos assumidos pelo PAEL/PAF para 2016: não basta falar no papão PAEL/PAF para que a AM não questione, não só a real situação do PAEL/PAF, mas, também a sua contextualização orçamental. A que reporta a receita de transferências correntes, na rubrica Outras, no valor de 2 250 mil euros? E, por que razão não foi aplicada na receita da participação fixa do IRS o valor estimado para os 5% aprovados na AM? E, ficamos por aqui, entre omissões e dúvidas. Na nossa opinião, as GOP e o Orçamento dão sinais, não só de cansaço por parte da CM, mas também de negligência das suas obrigações para com a AM. Talvez, por isso, as GOP dediquem só as folhas 39, 40 e 41 ao Orçamento. São folhas genéricas e em nada correspondentes com uma introdução ao Orçamento. Introdução explicativa que é a omissão capital deste Orçamento. Foi-nos dado pouco mais que a espinha do espadarte do velho Santiago. Mas, para que sejamos, ainda assim, um pouco justos com o documento apresentado, reconhecemos que é um fator positivo que o orçamento municipal para 2016 represente uma redução de quase 25% do orçamento de 2014, permitindo concluir que houve, nestes dois anos, um esforço de contenção na despesa e de veracidade na receita, o que oferece garantias de razoabilidade sobre o momento financeiro do município. É tudo o que temos, de momento, para dizer. Será na segunda parte da nossa intervenção que deixaremos clara a nossa posição face aos dois documentos.”-----

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) proferiu a seguinte intervenção: “Temos presente a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 enviada pela Câmara Municipal para apreciação e votação da Assembleia Municipal, mas este documento foi elaborado apenas pelos 4 membros do PS na Câmara Municipal. Os outros 3 membros da Câmara não tiveram participação nele, não o discutiram nem debateram, só souberam oficialmente da sua existência quando foram convocados para uma reunião da Câmara, mas em cuja Ordem de Trabalhos não constava que se destinasse a discussão, mas apenas à votação. Em nada foram chamados a intervir ou participar no processo de preparação deste Plano e Orçamento, a exemplo do que aconteceu para o Plano e Orçamento para 2015, o que igualmente em devido tempo foi denunciado pela CDU. Por outro lado, é referido que, citamos, “foram ouvidas, em obediência ao ... Estatuto do Direito da Oposição, as forças políticas representadas na Assembleia Municipal”. Ora, na realidade, a CDU foi convocada



Fl. 265v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

para uma reunião na Câmara Municipal sobre uma proposta que não era da Câmara Municipal, onde nunca fora aprovada, e nunca recebemos resposta ao email (que anexamos), manifestando a nossa disponibilidade para participar na reunião referida na Lei, logo que a proposta de Plano e Orçamento fosse da Câmara Municipal. Portanto, não são documentos elaborados sob princípios democráticos. Mais um ano passado, e os membros da Câmara Municipal que não são do PS, continuam negando a definição constitucional de órgão colegial que é a Câmara Municipal, a não ter pelouros atribuídos, a não ter acesso, informação ou conhecimento nem a participar das ações, projetos e documentos que só conhecem como factos consumados. Não dispõem de gabinetes autónomos, com apoio administrativo e o mínimo de equipamento de telefone e computador, e é com frequência que é usada a figura da ratificação, em reunião da Câmara Municipal, de decisões e compromissos já assumidos pela presidente. Em suma, é ilegal e inconstitucionalmente que lhes são vedadas condições para cumprirem os mandatos que os eleitores lhes atribuíram. A CDU regista, com agrado, que, tal como exigiu e plasmou em tomadas de posição, o regresso aos serviços camarários da maioria dos quadros, competências e funções que haviam sido transferidos para a empresa municipal Futurlagos, que fora transformada no verdadeiro centro de decisões e atividades na gestão do Município, fugindo ao conhecimento e controle pela população e restantes órgãos eleitos. No entanto, a CDU não deixa de referir que a solução adotada na estrutura orgânica dos serviços municipais para a internalização referida, mereça sérias reservas. Os documentos apresentados pela Câmara Municipal, mais uma vez e como em 2014, não cumprem os princípios de exatidão, rigor e transparência, que a CDU tem afirmado serem básicos. O Plano é uma listagem de intenções e generalidades, mais próprias de um relatório do que de um “instrumento de planeamento” que diz ser. É esclarecedor o parágrafo que reproduzimos, pag.5: “Estamos cientes que é o turismo que alicerça a economia local, no entanto, julgamos ser hora de criar novos pontos de interesse, para além, do nosso maravilhoso sol e praia, que tanto nos orgulha, mas comprovadamente não garante totalmente a vida do nosso município”. De resto, o Plano é pouco mais do que fantasiar, como se estivesse vivendo em Lagos no melhor dos mundos e mascarar realidades e erros, como seja na citação da obra da ponte D. Maria ou na aprovação dum PDM que mais não faz do que dar cobertura aos prejuízos das orientações anteriores, que mantem e prossegue. Não se perspetivam estudos para o estabelecimento e faseamento das necessárias medidas, concretas e exatas, que não fujam do reconhecimento da perigosa acentuação da sazonalidade do turismo; que encarem a quebra nas pescas e na agricultura; que contribuam para criar solidez no comércio local cada vez mais fragilizado perante a ofensiva das grandes superfícies; que incentivem o progressivo desenvolvimento das atividades económicas instaladas e a recuperação dos sectores abandonados nas miragens artificiosas que se viveram por erradas visões e orientações; que constituam condições efetivas estudadas, e não meras abstrações, para a abertura à investigação, inovação e criação de novos campos de atividade visando a promoção do emprego, baseados na riqueza e qualidade, muitas vezes únicas, dos nossos recursos naturais, cultura, mar, clima, história, ambiente natural e urbano. No Plano não constam



aquelas que deveriam ser, de facto, as orientações-âncora, onde não são necessários grandes investimentos públicos. Serão a intensa ligação à comunidade e massa crítica local, promovendo o esclarecimento e a participação conhecedora dos outros eleitos locais e da população em geral e suas organizações; muito estudo em visão multidisciplinar; busca de informação esclarecida; conhecimento de experiências alheias; recolha de competências; lucidez e coragem política na assunção de novos paradigmas na via do planeamento do futuro sob novas metodologias, mesmo que contrariando resistências, usos e hábitos imobilistas, internos na Câmara e serviços, ou externos com interesses próprios alheios ao interesse coletivo. Em termos de relações institucionais, registamos e realçamos que, pela primeira vez em Lagos, foi emitido pelo Conselho Municipal da Juventude de Lagos, e recebido por esta Assembleia, o parecer obrigatório, não vinculativo, sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento nas matérias referentes à juventude, dando cumprimento à Lei. Salientamos, entre outros assuntos tratados, a recomendação à Câmara Municipal para que “no próximo ano sejam facultados a este órgão os planos de atividades dos serviços transversais à área da juventude”. Por outro lado, a CDU entende que é inexplicável que a Câmara Municipal não tenha aceite e incluído, na proposta apresentada para o Plano e Orçamento, as recomendações oriundas de aprovações, quantas vezes por unanimidade, na Assembleia Municipal. Fica assim patente a displicência da Câmara Municipal face ao significado e importância da Assembleia Municipal, na sua qualidade de órgão deliberativo e representante democrático da composição plural da comunidade do nosso Concelho. Nenhuma destas preocupações da CDU, sempre orientadas no respeito pela vida democrática, a solução dos problemas locais e o futuro do Município, se encontra referida na proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, pelo que votamos contra a proposta da Câmara Municipal.”-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) fez a seguinte intervenção: “O Plano e Orçamento para 2016, respeitando a Lei dos Compromissos, vem em bom rigor e responsabilidade, não desequilibrar a situação financeira da Câmara. Continuar a implementar o Orçamento Participativo por via a fomentar a ação cívica dos munícipes é uma mais valia quer a todos possam dar o seu contributo para o desenvolvimento do nosso Concelho. A requalificação dos espaços e património, bem como as vias de comunicação, quer dentro da cidade, quer dentro das Freguesias tem sido e continuaram a ser, bem melhoradas. Continuar a apoiar o associativismo bem como o desporto com instalações desportivas, transporte e apoio logístico em eventos. Na área social continuar a aposta no apoio aos mais desfavorecidos e dar continuidade à qualificação e reparação do parque habitacional. Continuar a apoiar os nossos jovens estudantes com atribuições de bolsas de estudo. A aquisição de duas novas viaturas e recolha de resíduos sólidos irão provocar uma melhoria no serviço prestado e aumentando a nossa capacidade de resposta à nossa população. O fortalecimento e cooperação com as Freguesias chamando-as a elaborar nas decisões, tarefas prioritárias, nomeadamente nas questões de trânsito e arranjos de caminhos rurais é uma mais valia para o nosso Concelho. Não que deixar aqui de destacar que temos um Vereador para as Freguesias, o que dá muito apoio



Fl. 266v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

aos nossos Presidentes de Junta. Em suma, prosseguir uma gestão de rigor, transparência e contenção dos recursos da autarquia com o objetivo de requalificar as contas municipais. A nível do investimento, procurou a Câmara assegurar o investimento em áreas fundamentais da atividade municipal e garantir a cobertura financeira das despesas obrigatórias e dos compromissos já assumidos, tal como ficou preconizado no Plano de Ajustamento Financeiro.”-----

-----**SAÍDA DE FUNÇÕES DE MEMBRO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

Ao abrigo do n.º 8 do Artigo 33.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal, deixou de exercer funções na Mesa, tendo tomado lugar na respetiva Bancada, o seguinte Membro da Mesa da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
LCF	Ana Margarida Passos Águas Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse que o Grupo Municipal LCF, estranhava o facto da Sra. Presidente da Câmara Municipal não estar presente na presente Reunião, no entanto congratula-se por essa ausência não ser por problemas de saúde. Referiu que o documento diz que: “Foram ouvidas, em obediência ao disposto no n.º 3 do art. 5.º da Lei 24/98, de 26 de maio – Estatuto do Direito da Oposição, as forças políticas representadas na Assembleia Municipal.”, mas efetivamente e mais uma vez, não tinham sido ouvidas todas as forças políticas. Disse que o Orçamento não tinha quaisquer sugestões da LCF. Considerou positivo o Orçamento e GOP para 2016, mesmo não refletindo os documentos, a realidade das receitas do Município que foram reduzidas por forma a ficar mais próximo do exequível. Disse que mais uma vez, não se verificava uma relação direta entre o Orçamento e as GOP, acrescentando que os documentos apresentados pela AMAL são exemplos a seguir. Referiu que sabendo das dificuldades existentes, não se quer projetos inexecutáveis, no entanto seria de enaltecer o empenho para a recolha de um conjunto de ideias que permitisse o desenvolvimento de um projeto estruturante, de modo a permitir acrescentar riqueza ao Município, do qual o Orçamento e as GOP são alheios. Disse que não aparecem esplanadas nos documentos as previsões de ações, de prestações de serviços, de investimentos, aproveitando o Quadro Comunitário Portugal 2020, de aquisições, entre outros. Referiu que as medidas definidas nas GOP deveriam estar identificadas com o número da rubrica do Orçamento que a vai refletir na prática, o que torna os documentos, que deveriam ser complementares, estranhos entre si. Disse que nos documentos vem a seguinte afirmação: “Estamos cientes de que é o Turismo que alicerça a economia local, no entanto, julgamos ser hora de criar novos pontos de interesse, para além do nosso maravilhoso sol e praia, que tanto nos orgulha, mas comprovadamente não garante totalmente a vida do nosso município.”, mas esta palavras são muito poucas para uma cidade que vive, essencialmente, do turismo. Referiu que a estratégia do Município em termo de turismo, é inconsequente, não existindo, por exemplo, um Gabinete na Câmara Municipal, vocacionado para este setor, que representa o



principal motor da economia lacobrigenses.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) agradeceu as palavras proferidas pelo PS, uma vez que as mesmas vieram confirmar o que é dito pelas restantes bancadas. Disse que o PS veio falar de projetos antes de 2001, o que prova que está agarrado ao passado, sendo que de perspectivas para o futuro nada se ouviu falar. Referiu que o PSD tem muito orgulho em ter investido mais em 2001 do que o PS se propõe investir em 2016, tendo as contas em dia e em ter deixado projetos aprovados, uma vez que o PSD sabia o que queria para o futuro da cidade e ia executando os projetos à medida que os financiamentos eram assegurados, sendo que o PS não foi bom para os munícipes, nem para si próprio, uma vez que passaram 12 anos e limitaram-se, praticamente, a executar os projetos que o PSD deixou e não deixaram projetos para o atual Executivo. Disse que o “tapar o buraco” é importante, mas não é uma Grande Opção do Plano. Terminou dizendo que não vislumbra perspectivas para o futuro nos documentos apresentados, limitando-se a gerir o dia a dia, não demonstrando capacidade estratégica.-----

-----A Sra. Sónia Melo (PS) disse que nem sempre as infraestruturas são o melhor que se pode deixar para o futuro, sendo que a aposta tem sido na cultura, na educação, ou seja, há mais do que só edifícios e rotundas. Referiu que estão a ser ajudadas as pessoas que neste momento estavam a passar por dificuldades, causadas pela governação do PSD/CDS nos últimos 4 anos de Governo.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que não é por falta de respeito à Assembleia Municipal que a Sra. Presidente não está presente; a mesma não estava presente porque já tinha férias marcadas para fora do País. Em relação aos documentos em apreciação disse concordar que os mesmos podiam estar, eventualmente, mais detalhados. Disse que a elaboração seguida foi a que pareceu melhor, sendo que é da opinião que as questões políticas devem ser discutidas frente a frente, nas reuniões realizadas com esse intuito. Sobre a estrada do Vale da Lama disse que a que vai ser arranjada é a de Odiáxere para o Vale da Lama, uma vez que é esta que dá acesso às habitações e à atividade desenvolvida nos viveiros do Vale da Lama. Relativamente aos arranjos em artérias nas Freguesias Rurais disse que se trata de dar seguimento a uma estratégia do atual Executivo para as referidas Freguesias. Relativamente à intervenção do Sr. José Valentim disse ter concluído que deveria ter lido com mais atenção os documentos. Disse que o tempo das grandes obras tinha acabado, sendo agora tempo de contenção. Relativamente ao cumprimento, ou não, do Estatuto do Direito à Oposição, disse que é entendimento do Executivo que o mesmo foi cumprido, sendo que o documento distribuído às forças políticas no âmbito desse mesmo Estatuto, não era um documento fechado. Acrescentou que existem gabinetes para os Vereadores da oposição. Quanto ao facto de ser mencionado que os documentos são mais técnicos do que políticos disse que essa tem sido uma opção do Executivo, apesar dos mesmos terem o crivo político e respeitarem as regras de elaboração.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Maria Fernanda Afonso, disse ter achado de uma indelicadeza as palavras mencionadas por alguns Grupos Municipais,



Fl. 267v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

relativamente à ausência da Sra. Presidente da Câmara Municipal, na presente Reunião. Relativamente à intervenção do Sr. José Valentim, disse que o mesmo parece ter sido feito para alimentar o seu próprio ego. Disse que se existem dificuldades, as mesmas são provenientes das medidas tomadas pelo Governo PSD/CDS. Referiu que O Sr. Rui Araújo deveria era ter vergonha do investimento deixado em 2001, pois o mesmo deixou o parque escolar do Concelho em muito mau estado. Disse que a estratégia do PS, agora e antes, não é zero, pelo que não é tudo bom, mas também não é tudo mau.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que falta de estratégia foi o que se verificou aquando da governação municipal do PSD, pois não se viu mais do que sonhar e pensar, tendo concretizado muito pouco. Acrescentou que efetivamente tiveram grandes ideias, mas quem as passou à prática foi o PS. Disse que o PS é apelidado de despesistas, na Assembleia Municipal, de fazer grandes obras, e agora que se está a passar por um período de contenção, a oposição quer que se faça grandes obras. Referiu que podiam ter sido colocadas nos documentos grandes obras, mas, como sabe muito bem o Sr. Rui Araújo, depois havia grandes dificuldades em concretiza-las. Disse que agora são rotulados de terem pouca visão, quando no passado eram apelidados de despesistas, mas atualmente são realistas porque as Grandes Opções do Plano, espelham aquilo que efetivamente são as necessidades das populações e o que é o entendimento do atual Executivo. Disse ainda que em tempos empregavam-se pessoas na Câmara Municipal de Lagos, mas isso foi no passado, agora tal não se verifica. Referiu também, que não pode a Câmara Municipal interferir diretamente nos investimentos privados, mas acaba por interferir indiretamente quando faz os melhoramentos nas artérias da cidade, ou seja, são intervenções que contribuem para a economia e para o desenvolvimento do Concelho.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) começou por dizer que no início fez referência à ausência da Sra. Presidente da Câmara Municipal, sem quais quer comentários, sendo que se tivesse tomado conhecimento de tal facto antecipadamente, teria solicitado o adiamento da Reunião. Disse que as suas palavras vão no sentido de revelar e relevar a ação política do Executivo, nos documentos que vêm à Assembleia Municipal. Disse ainda o seguinte: “Como dissemos no início desta intervenção, a posição da TSL iniciará hoje um rumo diferente: de oposição de solução caminhará para oposição de alternativa. A TSL deixou na sua intervenção o sinal da sua oposição ao modelo político destas GOP e do Orçamento, isto é, ao modelo burocrático que sai reforçado nos dois documentos; todavia, no universo da oposição, a TSL não vislumbra uma luz coerente e sustentável de alternativa que possa desconstruir esta “conceção específica do modo como o PS exerce o poder” e reconstruir um novo, e mais vital, projeto de Cidade. Por isso, da parte da TSL, haverá, neste debate, um momento de suspensão e de reflexão, sem compromissos, nem com a atual gestão, nem com uma eventual ou desconhecida alternativa, pelo que, seja na votação das GOP, seja na votação do Orçamento, a TSL irá optar pela abstenção. Esta Conclusão serve como Declaração de Voto em relação à votação das



GOP e do Orçamento 2016.”-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD), sobre educação, disse que a nível de resultados dos exames nacionais Lagos é qualificado como em risco ou sofrível e que as obras que foram feitas pela Câmara Municipal nas escolas primárias do Concelho, foram feitas ao abrigo de um programa lançado por um Governo PSD, o qual financiou as obras. Lançou o desafio ao Sr. Vice-Presidente no sentido de este ler bem a intervenção inicial do PSD, pois lá encontrará algumas propostas úteis. Referindo-se a algumas obras projetadas pelo PSD e que depois foram continuadas pelo PS disse que se algumas estão a dar despesas, é por falta de manutenção. Sobre o número de funcionários na Câmara Municipal disse que o PSD quanto deixou a Câmara Municipal, esta tinha 536 funcionários e o no tempo da governação socialista, esta chegou a ter 860 funcionários, sendo que no presente tem cerca de 660, porque, infelizmente, o País foi à falência e uma das medidas de contenção de despesa foi limitar o acesso a novas contratações para os Municípios que estavam falidos, como era o caso do de Lagos.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) pediu que não levassem muito a sério todos os números que constem em jornais, para isso deviam consultar um portal que se chama “infoescolas”, pois lá é onde se pode encontrar os resultados oficiais dos exames nacionais.-----

-----A Sra. Alexandra Pargana (PSD) disse que foi o PS que pediu ajuda externa e depois abandonou o País e aí teve que surgir o chamado Partido “Bombeiro”, o PSD, que com muito esforço e dedicação voltou a colocar o País nos eixos, pelo que espera que o atual Governo caminhe para a frente e não para trás.-----

-----A Sra. Cristina Marreiros (LCF) disse que a atividade tão importante para o Município, que é o Turismo, tem pouca relevância nos documentos apresentados. Referiu que deviam ser criados eventos âncora na época baixa e não na época alta. Sobre os equipamentos culturais disse não perceber porque estes encerram todos no mesmo dia da semana, uma vez que se se cada um encerrasse em dias diferentes, existira sempre pelo menos um visitável pelos turistas. Referiu que o património cultural está mal aproveitado. Em suma disse que têm que ser potenciadas novas formas para trazer pessoas a Lagos em época baixa e a Câmara Municipal tem que criar condições para que o investimento privado venha para Lagos.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que se soubesse o porquê da ausência da Sra. Presidente, provavelmente não teria levantado a questão sobre esta ausência. Ainda sobre a sua intervenção inicial disse que fez referência a uma série de situações, com o intuito da atual Câmara refletir e ponderar sobre as mesmas. Disse que não é só a esquerda que tem preocupações de natureza sociais. Referiu que o PS não tem tido capacidade de investimento nestes últimos anos de governação socialista, não estando em causa as obras grandes. Quanto ao despesismo, disse que despesismo não é só fazer obras grandes é por exemplo andar a colocar alcatrão nas ruas e as infraestruturas existentes no subsolo não serem substituídas e depois terem que voltar a abrir para substituir tais infraestruturas.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) felicitou a Câmara pelo trabalho desenvolvido na área



Fl. 268v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

social, sendo esta uma área que preocupa todos os quadrantes políticos. Disse que em Lagos o PS foi apelidado de dar peixe e não ensinar a pescar, mas nos últimos anos tem assistido, por parte do Governo, a cortes nas prestações e cuidados sociais.

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) sugeriu que as verbas para o arranjo dos parques infantis fossem provenientes de publicidade que possa ser feita nos mesmos e não pelo lançamento de uma Derrama. Disse que é necessário haver uma calendarização referente às intervenções previstas para diversas artérias do Concelho, para que a população tenha conhecimento das mesmas.

-----Posto isto foram submetidas à votação, as Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos – P.P.I.) para o ano 2016, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	Total
VOTOS A FAVOR	12	0	0	0	0	0	12
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	0	5	2	3	0	1	11

-----Seguidamente foi submetido à votação, o **ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS PARA O ANO 2016**, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	0	0	0	0	0	12
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	0	5	2	3	0	1	11

-----**DELIBERAÇÃO N.º 117/AM/2015:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar a proposta das Grandes Opções do Plano que inclui a previsão das atividades a desenvolver pelas várias unidades orgânicas, o Orçamento, o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes, o Orçamento Municipal para o ano de 2016 que ascende a 46 051 185,00€ (quarenta e seis milhões cinquenta e um mil cento e oitenta e cinco euros), o Mapa de Repartição de Encargos, o Mapa de Pessoal, o Plano de Formação e a matéria constante na Informação n.º 21413, de 13 de outubro de 2015, da Unidade Técnica-Financeira, nos termos do Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que genericamente consiste em conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais inscritos no Plano Plurianual de Investimentos e no mapa das Atividades mais Relevantes e conceder autorização prévia genérica, relativamente à assunção de compromissos plurianuais que não estão incluídos nas Grandes Opções do Plano, para os encargos que não excedam os 99 759,58€ (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas. Tudo isto nos termos do disposto na alínea a) e o) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no



dia 21 de outubro de 2015.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Valentim (PSD): “As linhas de força explicitas os conteúdos e orientações subjacentes nas G.O.P. 2016 e Orçamento, apresentadas e submetidas para apreciação e aprovação, acrescidas durante o debate dos esclarecimentos verbais prestados pelo Executivo Municipal, causam, no mínimo, perplexidade e inquietação pela constante passividade, desatenção ou desconhecimento do partido socialista em relação aos reais e efetivos problemas que atingem presentemente o Município. Aliás, tanto a leitura dos documentos como dos esclarecimentos prestados evidenciam indisfarçável tranquilidade e descontraído conforto resultante, porventura, da certeza do apoio acrítico que lhes é assegurado pela maioria. Objetivamente o estilo e a atitude denotam falta de ambição e de paixão, quiçá, de vontade em voar mais alto o que a médio prazo penalizará o Município e as suas gentes. Com efeito as G.O.P. 2016 são, no geral, pobres de ideias. Falta-lhes criatividade e inovação persistem no estilo que o Partido Socialista, vem repetida e anualmente apresentando. Dão mostra do sossego, da consolação e do agasalho de uma existência confraternal ao invés do inquietante desassossego da realidade vivida pelos nossos concidadãos. Apesar das baixas expetativas, esperávamos mesmo assim que o P. Socialista surpreendesse pela positiva, reinventando iniciativas, calendarizando novas ações e novos projetos geradores de novas fontes de riqueza e outras opções noutras domínios. Puro engano. Desde que foi criada a associação intermunicipal Terras do Infante, entendemo-la como instrumento ao serviço dos três Municípios, definindo iniciativas conjuntas, ações e projetos abrangentes, potenciadoras dos recursos naturais e materiais desta sub-região. Nesse sentido, defendemos a junção de esforços para novos objetivos e políticas de apoio e incentivo à promoção de projetos temáticos nas áreas ambientais e paisagísticos, históricos e culturais, atraindo pessoas e assegurando a sustentabilidade territorial, a qualidade de vida e bem-estar social das populações, desta zona do extremo barlavento algarvio, devendo o município de Lagos, pelas suas especificidades, encorajar os parceiros e dinamizar a estratégia. Finalmente, temos dificuldade em perceber, a inércia, o desinteresse, a resistência à mudança de procedimentos de ajustamento e a recusa na adoção de medidas estruturais exigentes, mas necessárias, olhando o futuro de frente com ousadia, ambição, determinação e visão. Em suma, são estas as razões principais de divergência política que nos inquietam, suportam o nosso desassossego e justificam fundadamente o nosso voto contra as G.O.P. e o Orçamento 2016.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “A Declaração de Voto apresentaremos com base na Declaração que fizemos inicialmente, no entanto gostaríamos de acrescentar que face à votação e à discussão que se passou aqui esta noite de 11 votos contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento e uma abstenção violenta, deve servir de reflexão em relação à Câmara Municipal no relacionamento com a Assembleia Municipal.”-----

ENTRADA EM FUNÇÕES DE MEMBRO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:
No âmbito do n.º 8 do Artigo 33.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal, voltou a exercer funções na Mesa, o seguinte Membro da Mesa da Assembleia



Fl. 269v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
LCF	Ana Margarida Passos Águas Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 23 horas e 3 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23 horas e 21 minutos.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Após esta interrupção tomou lugar na respetiva Bancada o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira

-----**PONTO 3 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE À AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE INSTALAÇÕES MUNICIPAIS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-569-18.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse o seguinte: “A ata da reunião de 18/11/20 da Câmara Municipal diz: “A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter a aprovação da Assembleia Municipal a assunção de compromisso plurianual, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1, conjugado com o n.º 6, ambos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.” Ora, acontece que o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a que se reporta o n.º 6. do artigo 22.º do mesmo Decreto-Lei, foi revogado, pelo que este pedido deveria ser feito nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012. Com vista a melhor esclarecimento sobre a deliberação da CM, a TSL solicita que esta matéria seja tomada em consideração na redação final do pedido feito pela CM. O que não impede a TSL de proceder ao debate do respetivo ponto da Ordem do Dia desta Sessão.”. Posto isto, proferiu ainda a seguinte Declaração: “Na declaração de voto sobre as votações das GOP e do Orçamento, a posição da TSL ficou clara: não votámos, nem a favor de propostas em que não nos revemos, nem em alternativas da oposição que desconhecemos. O “voto violento” só é admissível no universo totalitário, quando a consciência de cada um se vê condicionada pela força imperativa do poder; ora, tal não é concebível, nem praticável, no sistema democrático. Manter a consciência política nem sempre é fácil, mas, é a única forma ética de estarmos sempre de pé. Recomendamos a leitura do livro “O velho e o mar” ao nosso companheiro da CDU, para ver como mesmo a violência do espadarte não



consegue vencer um Santiago que lhe resista.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que utilizou o termo “abstenção violenta” porque no seguimento das intervenções feitas ao longo do debate, nada levava a querer que o voto fosse na abstenção, mas sim contra, daí o ter utilizado tal expressão.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que este tipo de ironia inteligente, ou pseudo-inteligente já basta.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que o PSD concordava com o proposto pela Câmara Municipal porque se insere numa doutrina filosófica, partidária e política daquilo que o PSD sempre defendeu em tempo de emagrecimento dos Serviços Municipais, sendo que esse emagrecimento passa, na opinião do PSD, pelos reajustamentos e procedimentos da estrutura, disponibilizando serviços que podem ser efetuados por empresas privadas. Referiu que gostava de ver nas GOP ou noutro documento, referência a uma entidade que supervisionasse estes procedimentos, porque ao serem concessionados serviços a empresas privadas, tem que existir uma estrutura técnica que vise acompanhar todo o processo, para que não se verifiquem críticas aos serviços prestados por privados.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) perguntou se a Câmara Municipal tinha feito algum estudo económico para chegar à conclusão da necessidade, uma vez que este processo tem um encargo anual de cerca de 260 mil euros. Disse que gostava de saber qual o número de funcionários que a Câmara Municipal tem no seu Quadro de Pessoal, que podem desempenhar as funções de limpeza e quantas pessoas são necessária para prestarem o tipo de serviço que vai ser entregue a privados.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, relativamente à intervenção do Sr. José Alberto Baptista, sobre a legislação, disse que o entendimento que tem é que se verificou um repriminizar de parte da legislação mencionada, no entanto a situação irá ser melhor averiguada. Sobre o estudo, disse que o que tinha sido feito foi um levantamento dos diversos serviços sobre as necessidades, serviços esses que vão igualmente supervisionar os serviços prestados e que contribuirão para se chegar aos valores em causa. Sobre o número de funcionários que possam fazer limpezas, disse que não conseguir dar um número uma vez que esses estão inseridos na carreira de Assistentes Operacionais, acrescentou que esta situação pode disponibilizar funcionários da autarquia para outras funções. Disse que todas as faturas que a Câmara Municipal tem que liquidar têm que estar devidamente conferidas, sendo que responsabiliza quem confere.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) perguntou como iria ser feito o apuramento do custo variável e se havia ideia de quantos Assistentes Operacionais estavam afetos ao Serviço de Limpeza e qual o número de pessoas necessária para realizarem o serviço em causa. Questionou ainda o porquê da duração do contrato ser de 3 anos, quando o Mandato Autárquico termina antes desses 3 anos, deixando assim um encargo para os futuros autarcas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o que estava em causa, por parte da Assembleia Municipal, era a assunção de um compromisso plurianual, sendo que outras questões teriam que ser colocadas e levantadas noutra fase do processo.



Fl. 270v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

Anunciou o voto a favor da CDU, nesta fase.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o contrato tem a duração máxima de 3 anos, sendo que é renovável todos os anos, o que significa que quem ganhar as autárquicas em 2017, caso não pretenda continuar com este contrato, basta não renovar o mesmo para 2018. Referiu que por ser esta a primeira vez que se vai verificar esta situação, foi decido criar uma bolsa de horas, com o custo variável.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Maria Fernanda Afonso, disse que a maior parte dos equipamentos que vão usufruir deste concurso, estão ligados à cultura, sendo que para a verificação desta necessidade está diretamente ligada a questão dos funcionários que se aposentaram e que efetuavam este tipo de serviço.--

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que os documentos referem que o contrato é por 3 anos, no entanto, pelas palavras do Sr. Vice-Presidente, ficou com a ideia que o mesmo pode não durar os 3 anos, pelo que solicitou esclarecimentos.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que a grande parte dos contratos são anuais, renováveis até 3 anos, pelo que o principio que estará por detrás deste será igual.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que apenas se limitou a ler o que diz a documentação, por isso fez referência à duração do contrato.-----

-----Posto isto foram submetidas à votação, a **ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE À AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE INSTALAÇÕES MUNICIPAIS**, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	5	0	3	1	1	22
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 118/AM/2015:**

-----**Deliberado**, por maioria, autorizar a assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas, resultante da aquisição de serviços que dará lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, referente ao Concurso Público para aquisição de Serviços de Limpeza de Instalações Municipais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 18 de novembro de 2015.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Valentim (PSD): “O PSD votou a favor deste Ponto, por entender que a prestação de serviços a privados é uma opção política que merece o nosso acolhimento dado que promove o desenvolvimento económico, é gerador de emprego a nível privado. Porém gostaríamos de chamar à atenção para as questões levantadas pelo Grupo Municipal LCF, nomeadamente o Ponto do Artigo 3.º, no que se chama à atenção para o n.º 1 do Artigo 12.º que diz “global de 3 anos ou até esgotar o montante do preço”, portanto se esgota o montante do preço antes dos 3 anos, obviamente que o contrato não tem os 3 anos. Portanto nós votamos a favor, mas chamamos à atenção que deveria ser melhorada a



redação deste artigo do contrato.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Jorge Ferreira (LCF): “LCF absteve-se neste Ponto da Ordem do Dia por ter muitas dúvidas sobre a satisfação dos critérios económicos ser favorável à autarquia. Por outro lado, tendo nós a informação de que a Câmara tem 400 Assistente Operacionais e que em principio estarão habilitados ao desempenho destas funções, temos dúvidas sobre isso. Entendemos que o modelo contratual escolhido, é um modelo contratual que se projeta para além do mandato do PS e para além disso os tais 780 mil euros podem ser esgotados, não em 3 anos, como aqui vem dado como prazo projetado, mas podem muito bem esgotar-se muito antes, tudo depende da maneira como o assunto for conduzido depois na prática. Por isso nós abtemo-nos.”-----

-----**PONTO 4 – SITUAÇÃO DA PONTE D. MARIA I, COM ANÁLISE DE TODOS OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS ÀS OBRAS DE REPARAÇÃO QUE CONDUZIRAM AO SEU ENCERRAMENTO E ÀS VICISSITUDES ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO E EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO E OBRA EM CURSO:**

Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-569-21.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) começou por dizer que a documentação enviada pela Câmara Municipal sobre o assunto, tinha ficado aquém do que tinha vindo a ser solicitado pelo Grupo Municipal LCF. Disse que gostava de saber ao certo todos os contornos relacionados com a obra realizada na Ponte D. Maria, nomeadamente quanto vai custar a ponte.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que da leitura que fez da documentação enviada pela Câmara Municipal, sobre o assunto, parece que se na rotunda da caravela, faltou colocar um filtro no sistema de fornecimento de água, no caso da ponte, o problema foi falta de perfuração.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que havendo dois estudos geotécnicos, de empresas diferentes, como é que se dá a coincidência de acertarem nos mesmos buracos, ou seja, dois estudos feitos por empresas diferentes, dão exatamente os mesmos resultados em termos de perfurações, o que obrigou a chamar uma terceira empresa para fazer mais furos. Referiu que tudo isto são pormenores que careciam de explicação.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que a documentação remetida pela Câmara Municipal, é bem explícita, relativamente ao que foi solicitado pela Assembleia Municipal. Referiu que a obra não era fácil, tratando-se da reabilitação de uma estrutura antiga, com uma componente histórica a preservar, uma ponte antiga a manter e um solo muito complicado e por tudo isto, verificou-se algumas dificuldades na realização da obra. Disse que a CCDR acompanhou a obra e tudo foi feito de modo a garantir toda a segurança na utilização da obra.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) agradeceu ao Governo PSD, o esforço feito no relativamente ao financiamento para que fosse possível fazer a obra na Ponte D.



Fl. 271v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Maria.-----
-----**PONTO 5 – SITUAÇÃO DO ENCERRAMENTO DA RUA PEDONAL NA TORRALTINHA, PELA EMPRESA J. A. VIEGAS, S.A., INCLUINDO AS VICISSITUDES OCORRIDAS COM O ALVARÁ N.º 8/83, E DA VEDAÇÃO ENTRE AS PRAIAS DO CAMILO E D. ANA E APRECIACÃO DOS PROCEDIMENTOS ENCETADOS PELA CÂMARA PARA REMOVER AS VEDAÇÕES EM CAUSA:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-569-21.-----
-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que segundo a informação enviada pela Câmara Municipal, sobre este assunto, à Assembleia Municipal, a empresa J. A. Viegas e a Câmara Municipal, estão, mais uma vez, em vias de consolidar interesses, sendo que na Urbanização Giramar já se tinham verificado muitas consolidações de interesses entre a Câmara Municipal e a empresas J. A. Viegas. Referiu ser bom que todos falassem com rigor e com o máximo de verdade possível. Disse que o que resta vedado são espaços públicos e que verificou situações na Urbanização em causa que o deixou estupefacto. Acrescentou que o Sr. Rui Viegas vedou espaço público e a Câmara Municipal prepara-se para vender-lhe a rua. Perguntou se tinha sido levantado algum auto de contraordenação relativamente ao assunto. Afirmou que a epistolografia que existe entre o Departamento em causa e o Sr. Rui Viegas mostra bem a qualidade e o tipo de relações que são estabelecidas em casos idênticos.-----
-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) perguntou se o espaço em causa é todo público ou se parte pertence a privado.-----
-----O Sr. José Santos (BE) perguntou se a Câmara Municipal estava mesmo a ponderar vender a rua em causa ao proprietário da Urbanização.-----
-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que, apesar de tudo, a informação enviada pela Câmara Municipal era clara no que dizia. Referiu que seria bom saber se todas as vedações existentes na Urbanização em causa estavam legais.-----
-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que a afirmação feita pelo Sr. Jorge Ferreira de que existe convivência entre os Serviços da Câmara Municipal e o construtor, tinha ficado muito mal. Referiu que a reconciliação de interesses que a Câmara Municipal faz, tem sempre em vista o interesse público, não havendo interesse entre partes. Disse que a licença que foi dada ao construtor foi a de vedar a parte privada, deixando a parte pública com o devido acesso. Lembrou que este processo foi colocado em Tribunal pelo Sr. Jorge Ferreira, mas foi arquivado. Disse que o assunto pode ser discutido politicamente, mas em termos técnicos, o mesmo estava resolvido.-----
-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse ser dever dos Serviços da Câmara Municipal medir a passagem que está no local depois da vedação. Em relação ao processo em Tribunal, disse que a informação enviada pela Sra. Presidente da Câmara Municipal ao Tribunal estava deturpada e com factos omitidos e por isso o Juiz deu o despacho de arquivamento.-----
-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) perguntou se realmente a parte da rua que está vedada é mesmo privada. Solicitou o envio do despacho do Tribunal sobre este



assunto.-----
-----O Sr. Vice-Presidente da Camara Municipal, Hugo Pereira, em relação à omissão de factos disse que essa é a opinião do Sr. Jorge Ferreira, não sendo isso verdade. Disse que a licença administrativa da obra para a colocação da vedação que separa a parte pública da parte privada do passeio, nunca podia ter sido dada se fosse tudo público.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 14 de dezembro de 2015, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 6 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 20 minutos, da madrugada do dia 8 de dezembro de 2015, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

